Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira,
24, 25 e 26 de dezembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.271
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

COMO LUÍS XVI E MARIA ANTONIETA

Em Versalhes, as hortas no repolho, o Élysées no golpe?
Por Edoardo Pacelli, **página 2**

O QUE ESPERAR NO SETOR DE PETRÓLEO?

Petrobras precisa ter lucro, mas também atender anseios da sociedade.
Por Felipe Kury, **página 2**

DICAS DE BRANCOS E TINTOS PARA FIM DE ANO

Temos que pensar que é bom evitar vinhos muito encorpados.
Por Míriam Aguiar, **página 4**

O Monitor Mercantil deseja a seus leitores um Feliz Natal, com paz, esperança e reconciliação. O Brasil deve se unir para resolver seus problemas reais, como eliminar a fome.

Teles relutam em repassar a clientes redução do ICMS

Descontos podem passar de 11%

Não são poucas as denúncias de que as operadoras de telecomunicações não estão repassando para os clientes a redução na alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) determinada pela Lei Complementar 194/2022, que reconheceu a essencialidade dos serviços de telecomunicações e limitou as alíquotas do Imposto.

O repasse garante uma redução significativa nos valores pagos mensalmente. O cálculo depende do estado onde se encontra o consumidor, pois as alíquotas variam. Uma conta de R$ 99 em São Paulo, por exemplo, deverá ter uma redução mensal de R$ 6,93. Em alguns casos, a queda pode passar de 11%.

"Tivemos denúncias de que a redução não estava sendo integralmente repassada aos consumidores, somente algumas manifestações públicas de operadoras, que afirmavam que iriam ressarcir nos próximos meses o valor referente à redução relativa aos serviços em que não foi possível o repasse imediato", informa o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

O advogado Gabriel de Britto Silva, do escritório RBLR Advogados e diretor Jurídico do Ibraci (Instituto Brasileiro de Cidadania) destaca ao **Monitor Mercantil** que se as companhias não repassarem a redução desde 23 de junho (quando a lei entrou em vigor), "estará configurada clara cobrança indevida, de modo que tem o consumidor direito a exigir a restituição do preço pago indevidamente, na forma dobrada, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor".

A Antel (Agência Nacional de Telecomunicações) afirma que as operadoras de serviços de telecomunicações foram notificadas para que informassem aos consumidores como iriam assegurar o repasse. A Agência diz ainda que estão previstas novas ações junto às grandes prestadoras, "tais como consultas adicionais e inspeções, para avaliação das implementações sistêmicas e práticas adotadas para repasse ao consumidor da redução da alíquota do ICMS". **Página 3**

Foto Petrobras

Petrobras vende mais um campo à 3R

FUP vê conflito de interesses

A Petrobras informou em nota, na noite desta quinta-feira (22), que finalizou a venda da totalidade de sua participação no campo de produção de Papa-Terra, localizado na Bacia de Campos, para a empresa 3R Petroleum Offshore. A operação foi concluída por US$ 18,2 milhões, somado ao montante de US$ 6 milhões pagos na ocasião da assinatura do contrato de venda.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) denuncia o que acredita ser um claro conflito de interesses e favorecimento por parte de Roberto Castello Branco, ex-presidente da Petrobras e que assumiu este ano a presidência do Conselho de Administração da 3R Petroleum. Castello Branco, segundo a FUP, foi o responsável por liberar a venda dos ativos da estatal.

Deyvid Bacelar, coordenador-geral da Federação, recordou que as negociações entre a Petrobras e a 3R Petroleum movimentaram cerca de R$ 3 bilhões durante os dois primeiros anos de governo do presidente Jair Bolsonaro, quando Castello Branco comandava a empresa pública. A 3R comprou uma série de polos de campos maduros de petróleo.

Com a conclusão da cessão, a 3R Offshore assume a condição de operadora do campo de Papa-Terra, com 62,5% de participação, em parceria com a Nova Técnica Energy Ltda., que detém os 37,5% restantes.

O campo, que iniciou sua operação em 2013, produziu em média, nos últimos três meses (setembro a novembro/22), 16,2 mil bbl/dia.

Meta de energia verde europeia tende a fracassar

A União Europeia (UE) terá que reexaminar seu compromisso de reduzir o uso de combustíveis fósseis em 30% e atingir a meta de produzir 40% de energia a partir de fontes renováveis até 2030, afirma Charles Ellinas, especialista em energia com longa experiência internacional em hidrocarbonetos.

Ellinas, com mais de 35 anos em cargos de gerência sênior no setor de petróleo e gás, disse à agência de notícias Xinhua em uma entrevista que o planejamento energético da UE também desencoraja as empresas de energia a investir no desenvolvimento de novas fontes de energia em um momento em que busca maneiras de substituir o gás natural russo.

A UE pretende reduzir o consumo de gás natural em 30% até 2030, com o objetivo final de alcançar a neutralidade climática até 2050. Em meados de dezembro, reafirmou também o seu compromisso de substituir 40% da energia gerada a partir de combustíveis fósseis por energia verde em apenas sete anos.

Ellinas disse que, considerando tudo, os planos da UE em energia se mostrarão "irrealistas", já que vários de seus Estados-membros já dizem que não conseguirão atingir a meta estratégica de 40%.

Uma das razões que tornam esta meta inatingível são as alterações climáticas, que levaram a uma queda na velocidade dos ventos, dos quais o norte da Europa depende principalmente para produzir energia verde, disse.

Ele disse que as empresas de energia enfrentam problemas devido à aparente contradição entre buscar novas fontes e tentar promover a transição verde em tão pouco tempo. Ellinas lembrou que, em outubro, o consumo de gás da UE foi 25% menor do que no ano anterior e que as políticas energéticas da UE desencorajam investimentos em novos campos de petróleo e gás, inclusive no Mediterrâneo Oriental. **Página 6**

Lula inicia processo de melhoria da imagem

A imagem de Lula se encontra em um processo de melhoria, com o presidente eleito conseguindo, esta semana, o maior índice de aprovação desde as eleições: 41%. Isso representa um crescimento de 5 pontos em relação à semana passada. Com o anúncio da maior parte dos seus ministros e com a aprovação da PEC da Transição e do Orçamento, o petista vem conseguindo amenizar as críticas do passado e começa a ganhar carta branca dos eleitores para estabelecer novos parâmetros políticos no futuro mandato.

É o que aponta pesquisa Modalmais/AP Exata divulgada nesta sexta-feira. Ainda segundo o estudo, "curiosamente, para o internauta comum, as aprovações no Congresso esta semana estão já relacionadas ao presidente eleito que, assim, inaugura a sua gestão antes mesmo de tomar posse."

A aprovação do governo Bolsonaro manteve uma relativa estabilidade esta semana, com leve tendência de queda. O percentual de pessoas que desaprovam o governo seguiu em 41,6%. A avaliação regular aumentou 0,1%, para 19,6%; o número de pessoas que avaliam a gestão como boa/ótima caiu 0,1%, para 38,8%.

A pesquisa Modalmais/AP Exata encontrou três grandes cobranças mais proeminentes em relação às escolhas de Lula: a diversidade política, a representatividade de gênero e raça e a expectativa de ver Simone Tebet e Marina Silva entre os nomes dos ministros.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1681
Dólar Turismo	R$ 5,3720
Euro	R$ 5,4870
Iuan	R$ 0,7390
Ouro (gr)	R$ 299,92

ÍNDICES

IGP-M	-0,56% (novembro)
	-0,97% (outubro)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Como Luís XVI e Maria Antonieta

Por Edoardo Pacelli

Será que uma terra agrícola perturbaria o senhor e a senhora Macron? Parece que sim. Porém, não se trata um terreno qualquer, mas de uma horta fornecida aos funcionários do Castelo de Versailles! A gestão do edifício garante que se trata, apenas, de uma reorganização.

Emmanuel Macron, duramente criticado por suas contínuas aparições durante a última Copa do Mundo, continua recebendo críticas negativas do povo e da imprensa francesa. Um novo pretexto, que motiva as críticas contra ele, é o caso de La Sablière, terreno localizado ao sul do Grande Canal, no parque do Palácio de Versalhes, onde, há algum tempo, os empregados vêm cultivando hortaliças para seu próprio consumo.

É notícia recente que o jardim, montado pelos funcionários do parque, será, em breve, destruído para ser colocado em outro lugar. O motivo? Como costuma acontecer, temos uma versão oficial e outra não oficial. A versão não oficial, como é fácil adivinhar, diz respeito a Macron e à sua esposa. Irritados, muitos funcionários questionam a pressão do casal Macron, que costuma descansar nas proximidades.

O jornal francês *Libération*, sempre muito crítico ao presidente francês, num artigo intitulado "A Versailles, les potagers dans les choux, l'Elysée dans le coup?" (Em Versalhes, as hortas no repolho, o Elysée no golpe?), relata rumores de que Emmanuel Macron e sua esposa Brigitte são os protagonistas da história.

Aparentemente, os dois adoram passar o tempo livre no Lanterne, um pavilhão de caça na propriedade de Versalhes, que é um dos dois retiros oficiais do presidente da República Francesa. Macron e sua esposa costumam ficar no prédio que, coincidentemente, faz divisa com o terreno cultivado pelos funcionários do Versalhes. Uma sebe bem cuidada, duas barreiras de madeira e, atrás delas, um pequeno paraíso reservado aos agentes que trabalham no castelo; alguns vivem nas dependências.

Há décadas, la Sablière foi destinada a hortas colocadas à disposição dos funcionários. Assim, dezenas de parcelas de terreno foram transformadas em hortas, sendo amplamente utilizadas para o cultivo de hortícolas sazonais, tendo, igualmente, contado com galinheiro e outros pequenos animais. Ali foram instaladas cabanas, às vezes feitas de sucata. Desde os primeiros dias da primavera, os funcionários chegam aqui para cultivar hortaliças, tomates, plantas aromáticas... E, para aproveitar a estação quente, organizam churrascos com suas famílias e seus amigos.

Esses dias felizes, porém, acabaram. No final de novembro, os funcionários souberam, por indiscrição de agentes imobiliários, que seus jardins seriam destruídos, sem qualquer razão oficial. A notícia não foi muito bem recebida. Os trabalhadores da propriedade estão conversando com os principais jornais franceses, expressando descontentamento.

O jornal *Libération* explica que os funcionários devem, necessariamente, passar perto da residência dos Macron para acessar o jardim. Esta situação alimenta a suspeita de que os Macron não gostam desta presença assídua. Há rumores de reclamações do casal presidencial, incomodado com as constantes idas e vindas. As persistentes idas e vindas, revela o *Libération*, "perturbariam a tranquilidade do casal presidencial, quando se dirige ao pavilhão Lanterne". Parece que o casal já foi apelidado de Luís XVI e Maria Antonieta.

Depois da versão não oficial, aqui está a oficial. O jardim será destruído e transferido para outro lugar porque, no verão de 2024, o parque de Versalhes sediará as competições equestres, programadas para as próximas Olimpíadas. Porém, sempre segundo *Libération*: "Alguns dizem que é por causa dos eventos equestres das Olimpíadas de Paris, que devem ser organizados no parque do castelo." Mas essas competições acontecerão bem no final do Grande Canal, longe das hortas.

Por sua vez, o jardineiro chefe do parque, Alain Baraton, disse que a nova localização do terreno vai ser melhor, porque é mais segura e de mais fácil acesso. A nova horta será instalada perto do Palácio do Trianon.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Lula: o que esperar nos setores de petróleo, gás e biocombustíveis?

Por Felipe Kury

O contexto externo permanece adverso e incerto. As principais economias do mundo continuam enfrentando um ambiente inflacionário desafiador, mantendo em curso uma política monetária restritiva e com uma perspectiva de redução na atividade econômica – ou até mesmo uma possível recessão.

E o Brasil? Após o término das eleições, inicia-se o processo de transição de governo, que aumenta a ansiedade de diversos segmentos da sociedade em relação às possíveis mudanças de direção. E, não poderia ser diferente para o setor de energia, em especial de petróleo, gás natural e biocombustíveis, que continuam em evidência em função da crise energética global.

Diversos avanços foram conquistados nos últimos anos. Entre os destaques, no upstream (exploração e produção de petróleo), o destravamento do setor, possibilitando investimentos diretos e indiretos de cerca US$ 428 bilhões para os próximos 10 anos, segundo plano decenal de expansão de energia da empresa de pesquisa energética EPE.

Entre os principais avanços no setor está a manutenção de um calendário de leilões de áreas exploratórias, que oferece previsibilidade e estabilidade para os investimentos em exploração, e que, mais recentemente, está sendo substituído pelo programa de oferta permanente. De acordo com a ANP (Agência Nacional de Petróleo), esse programa conta, hoje, com 1.068 áreas disponíveis e, num futuro próximo, pretende adicionar mais 1.018 – incluindo áreas terrestres, offshore convencional (fora do polígono do pré-sal) e no pré-sal.

O destravamento do setor se deu, em grande parte, por conta de novas resoluções sobre Exploração e Produção de Petróleo (E&P) e Conteúdo Local, publicadas entre 2017 e 2018, pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Paralelamente, o Congresso publicou novas leis, como a extensão do Repetro por mais 20 anos (um regime fiscal favorável) e a lei que desobrigou a Petrobras a ser a operadora única do Pré-Sal (porém, com o direito de preferência), além do governo resolver o impasse em relação ao contrato da cessão onerosa com a Petrobras.

No âmbito regulatório, a ANP publicou resoluções de redução de royalties para produção incremental de campos marginais e para pequenas e médias empresas, além de medidas para apoiar o programa de desinvestimentos da Petrobras em áreas terrestres e águas rasas, entre outras iniciativas para estimular novos investimentos no setor.

Com o início de um novo governo, a expectativa é que não haja grandes alterações nas políticas e regulação já estabelecidas no upstream – em particular, projetos de exploração e desenvolvimento da produção em áreas já contratadas. Porém pode haver impactos no plano de desinvestimentos da Petrobras, principalmente em áreas terrestres e em águas rasas, bem como na exploração em áreas com maior sensibilidade ambiental, como é o caso da exploração na margem equatorial. Nesta região, em particular, a Petrobras anunciou, recentemente, que pretende de intensificar os esforços de exploração com investimentos de US$ 2 bilhões – cerca 38% do orçamento para exploração até 2026.

Já no midstream (refino/gás natural), o movimento de desinvestimentos da Petrobras pode sofrer impactos significativos com a entrada do novo governo. É muito pouco provável que aconteça recompra de ativos já desinvestidos, embora possa haver desaceleração ou até a paralisação do processo de desinvestimentos.

É importante destacar que o plano de desinvestimentos da Petrobras foi motivado por mudanças na estratégia da empresa em direcionar seus investimentos para segmentos estratégicos e com maior retorno de capital, sendo que grande parte desse movimento foi provocado pelo TCC (Termo de Conduta de Cessão), assinado com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), em 2019.

Entretanto, a principal motivação continua sendo desenvolver um mercado de petróleo, gás natural e biocombustíveis mais dinâmico, competitivo e aberto em todos os elos da cadeia. Acredita-se que o mercado aberto e competitivo possa atrair mais investimentos do setor privado e gerar maior impacto socioeconômico no médio/longo prazo.

No dowstream (distribuição/revenda), a maior preocupação é com a atual política de preços da Petrobras, que utiliza a paridade internacional (Preço de Paridade de Importação – PPI), atualizando os preços de combustíveis de acordo com as variações internacionais do petróleo e do câmbio.

A preocupação do novo governo com a volatilidade dos preços dos combustíveis e seu impacto para a sociedade é legitima e merece atenção. Entretanto, é importante destacar que a Petrobras é uma empresa de economia mista, com ações listadas nas bolsas do Brasil e Estados Unidos e, por isso, precisa respeitar as regras estabelecidas nestes mercados.

Em um passado não muito distante, a empresa enfrentou uma das maiores crises de sua história em razão de uma política de preços equivocada e corrupção, que resultou em prejuízos significativos de imagem e financeiros, o que motivou mudanças importantes na governança e estatuto da empresa.

O cobertor é curto e, de fato, a Petrobras precisa ter lucro, remunerar adequadamente seus acionistas, ter capacidade de investimentos em áreas estratégicas e ser competitiva. Mas, por ter o governo como seu principal acionista, também precisa equilibrar estes interesses com os anseios da sociedade, especialmente em momentos de crise.

A prática adotada recentemente pela empresa de administrar os preços de combustíveis dentro de uma banda de valores de mercado parece sensata, desde que consiga manter os preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, garantindo assim o abastecimento nacional e evitando repassar grandes volatidades externas (oscilações nos preços do petróleo e taxa de câmbio) aos consumidores.

Seja qual for a orientação do novo governo para o setor, precisa garantir a estabilidade, previsibilidade e segurança jurídica para preservar os investimentos já realizados e continuar atraindo novos investimentos. O processo de transformação do segmento em um mercado aberto, competitivo e dinâmico é a nossa garantia de maior segurança energética, ampliação da nossa vantagem competitiva como nação e, certamente, uma contribuição mais significativa para a prosperidade da nossa sociedade.

Felipe Kury é ex-diretor da ANP.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Auditoria no Banco Central

Os mecanismos de remuneração da sobra de caixa dos bancos envolvem aspectos de ilegalidade e falta de motivação justificável; oneram pesadamente os cofres públicos; geram dívida pública; e, junto aos elevados juros, foram a principal causa da crise fabricada a partir de 2014. A afirmação é da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), que lidera a campanha pelo Limite dos Juros, que resultou no Projeto de Lei Complementar (PLP) 104/2022.

Segundo a ACD, os mecanismos empregados pelo Banco Central esterilizam grande volume de moeda (o volume das "operações compromissadas" atingiu R$ 1,6 trilhão em agosto/2020), impedindo a sua circulação na economia brasileira, gerando uma escassez que provoca elevação das taxas de juros de mercado, impedindo a geração de emprego e renda.

"Em uma conjuntura em que o mundo desenvolvido tem praticado juros negativos, exatamente para estimular a economia, as elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil, aliadas aos mecanismos de remuneração da sobra de caixa dos bancos (por meio das chamadas 'operações compromissadas' e dos 'depósitos voluntários remunerados'), têm paralisado a economia brasileira, condenando o país e a sociedade a condições de endividamento completamente insustentáveis", define a campanha.

O próprio Banco Central já revelou que cada 1% de elevação da Taxa Selic aumenta em R$ 34,9 bilhões o gasto anual com juros da Dívida Líquida do Setor Público. Desde a elevação da Selic de 2% ao ano para 13,75%, o gasto anual adicional com juros da dívida é de mais de R$ 410 bilhões.

'Case' de gestão pública

A Assembleia do Rio (Alerj) devolveu R$ 500 milhões ao Tesouro Estadual nesse fim desse ano. Na gestão de André Ceciliano e Mesa Diretora, foram quase R$ 2,5 bilhões devolvidos aos cofres estaduais. "Para dar uma dimensão do que significa isso, só a devolução dos R$ 500 milhões é praticamente 3 vezes o valor do que gastamos para fazer a nossa nova moderna sede", destaca Wagner Victer, diretor-geral da Alerj.

Contra discriminação

Diante do quadro depressivo da influenciadora digital Juliana Nehme, após o episódio em que teria sofrido discriminação (gordofobia) ao voltar do Líbano de avião, em novembro, foi deferido pela Justiça pedido de tutela de urgência para o pagamento, pela empresa aérea, de tratamento psiquiátrico ou psicológico.

De acordo com o advogado Eduardo Barbosa, presidente da Comissão Especial de Responsabilidade Civil do Conselho Federal da OAB, trata-se de uma vitória importante contra o preconceito, ainda que em caráter liminar.

Rápidas

Comemorando 25 anos nesta sexta-feira, o escritório de advocacia Mandaliti, fundado em Bauru (SP) por Valdomir Mandaliti e hoje sob o comando de Renato Mandaliti, conta com mais de 400 membros, 120 mil processos ativos, 3 mil novas ações por mês e 4 mil encerramentos mensais *** Foi lançada a 3ª edição de *Neutralidade, Valor Acrescido e Tributação*, do professor da UFMG André Mendes Moreira, sócio-conselheiro do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi *** A todos os leitores, desejo um Natal de esperança e reconciliação.

Redução do ICMS: cuidado para não ser passado para trás

Apesar de obrigadas, muitas Teles não estão repassando o desconto

Por Gilmara Santos

Desde junho o serviço de telecomunicação passou a ser considerado essencial e indispensável para fins da incidência do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Dessa forma, a alíquota deve ser a mínima de acordo com a norma de cada um dos estados e do Distrito Federal.

Apesar de a lei ter entrado em vigor em junho, só em setembro a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) determinou o repasse da redução do ICMS aos serviços de telecomunicações aos consumidores. As operadoras tinham até 15 dias para regularizar a situação, mas, na prática, não é isso que está ocorrendo. Segundo relatos de clientes, a redução não estaria chegando na fatura.

"Em caso de não repasse da redução desde o dia 23 de junho (quando a lei entrou em vigor), estará configurada clara cobrança indevida, de modo que tem o consumidor direito a exigir a restituição do preço pago indevidamente, na forma dobrada, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor", afirma o advogado Gabriel de Britto Silva, do escritório RBLR Advogados e diretor Jurídico do Ibraci (Instituto Brasileiro de Cidadania).

"Restará caracterizada a má-fé das operadoras em tal retenção, primeiro porque há lei a determinar a redução do percentual e porque as operadoras, desde o dia 23 de junho, já pagam o ICMS de forma reduzida; e, segundo, porque as operadoras já foram comunicadas pela Anatel e pelos Procons sobre o descumprimento que estava sendo praticado, fruto das reclamações que foram realizadas pelos consumidores. Nesse sentido, inexiste erro escusável para as reiteradas e mensais cobranças indevidas", reforça o advogado. O prazo prescricional para o consumidor pleitear esse direito junto ao Poder Judiciário é de 10 anos.

O primeiro passo é procurar a operadora. Caso não obtenha o desconto, os passos seguintes são a ouvidoria da companhia e, por fim, a Anatel. Se não for atendido, o cliente deve ir à justiça.

Para ter esse direito exercido, o consumidor deve procurar o Juizado Especial Cível mais próximo da sua residência e ingressar com a ação judicial, não sendo necessário se fazer representar por advogado em causas de até 20 salários-mínimos, nem pagar custas judiciais. O consumidor será atendido pelos próprios funcionários do núcleo de primeiro atendimento de cada Juizado.

Tarifa deve baixar até 11%, dependendo do estado

De acordo com o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), a redução do imposto é significativa. Em alguns estados, a alíquota era superior a 30% e hoje é inferior a 20%. "As empresas já estão sendo beneficiadas com a redução da alíquota em alguns estados e afirmaram publicamente que iriam repassar a redução aos consumidores. Entretanto, não existia um compromisso vinculante por parte das empresas", destacou o Idec, por meio da sua assessoria de imprensa.

"Tivemos denúncias de que a redução não estava sendo integralmente repassada aos consumidores, somente algumas manifestações públicas de operadoras, que afirmavam que iriam ressarcir nos próximos meses o valor referente à redução relativa aos serviços em que não foi possível o repasse imediato", complementa a nota.

O advogado Gabriel Silva lembra que, no Estado de São Paulo, era cobrado o percentual de 25% a título de ICMS. Considerando que a tarifa mínima é de 18% em São Paulo, o serviço de telecomunicação prestado, passou a ser tarifado no percentual de 18%. No Paraná, houve redução de 29% para 18%; em Santa Catarina, de 25% para 17%; em Minas Gerais, de 27% para 18%.

"Desta forma, os consumidores têm direito a ver repassadas tais reduções de forma concreta e efetiva para todo consumo posterior ao dia 23 de junho. Para o consumidor aferir o valor devido, deverá, munido da fatura detalhada, verificar o campo 'base de cálculo' do ICMS", diz Silva.

O advogado cita como exemplo uma base de cálculo de R$ 99. Se o consumidor estiver no Estado de São Paulo, o valor do ICMS caiu de R$ 24,75 para R$ 17,82. "Ou seja, haverá uma redução mensal de R$ 6,93." Caso a base de cálculo seja de R$ 200 e consumidor esteja no Estado do Paraná, o valor do ICMS sai de R$ 58 para R$ 36, ou seja, haverá uma redução mensal de R$ 22.

O Idec entende que o repasse do benefício de redução dos impostos tem que ocorrer de maneira integral aos consumidores e diretamente no valor da fatura, ainda que haja a necessidade de pagamento retroativo.

Anatel programa inspeções adicionais nas prestadoras

Procurada, a Anatel informou, por meio da sua assessoria de imprensa, que a Lei Complementar 194/2022 reconheceu a essencialidade dos serviços de telecomunicações e limitou as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre esses serviços.

"Considerando o que consta da Lei Complementar 194/2022, as principais operadoras de serviços de telecomunicações do país foram notificadas pela Anatel para que informassem aos consumidores como iriam assegurar o repasse dos benefícios da redução do ICMS aos usuários."

Em seguida, e de maneira a prevenir qualquer tipo de dano aos interesses dos consumidores, a Anatel entendeu adequado determinar que as prestadoras de telecomunicações realizassem a implementação dos efeitos da LC 194. "A decisão foi publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2022 e deixou claro que seriam devidos também os valores retroativos que eventualmente tenham deixado de ser repassados aos consumidores, em razão da desoneração decorrente da Lei Complementar 194/2022."

A Agência finaliza dizendo que, "dentro da lógica responsiva, estão previstas novas ações da Anatel junto às grandes prestadoras, tais como consultas adicionais e inspeções, para avaliação das implementações sistêmicas e práticas adotadas para repasse ao consumidor da redução da alíquota do ICMS sobre os serviços de telecomunicações".

Clientes da Claro/Net reclamam que não tiveram redução

Dois clientes da Claro/Net entraram em contato com o Monitor Mercantil com histórias semelhantes: a conta do combo da operadora (TV, telefone móvel e internet) não foi reduzida depois que a alíquota do ICMS baixou. Houve apenas uma pequena redução em setembro, e depois a conta voltou ao valor anterior ao corte nas alíquotas.

Ambos os clientes reclamaram com a Claro, que alegou que as contas estavam corretas e o valor da redução do ICMS fora repassado na fatura de setembro. Após reclamarem com a Anatel, a Claro foi obrigada a devolver o cobrado a mais e reduzir a fatura.

Procurada pela reportagem, a operadora enviou nota em que diz: "A Claro informa que repassou a redução do ICMS à sua base de clientes, que estão recebendo as faturas atualizadas. Em nome da transparência, a Claro foi a primeira operadora a comunicar publicamente seu compromisso, estipulando prazos e inclusive o ressarcimento de seus clientes."

Segundo o site da Claro, a redução do ICMS em voz e dados foi de 32% para 22%, uma queda de 12,82%. Em São Paulo, de 25% para 18%, baixa que deveria ser repassada ao cliente de 8,54%. No Distrito Federal, voz e dados tiveram alíquotas reduzidas de 28% para 18% (queda de 12,20%), e TV, de 16,8% para 15% (-2,12%).

Gilmara Santos, especial para o Monitor.

VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Dicas de brancos e tintos para as festas de fim de ano

Para as festas de fim de ano no Brasil, a escolha de vinhos deve considerar o clima festivo, as comidas servidas e as temperaturas. Quando digo climas festivos combinados a temperaturas em elevação, temos que pensar que é bom evitar vinhos muito encorpados, porque eles tendem a pesar mais no estômago e a tirar o fôlego da festa. O ideal é privilegiar vinhos com certa leveza, boa acidez e teor alcoólico equilibrado. Em caso de vinhos tintos, que sejam de uvas menos tânicas e não muito alcoólicos. É possível ainda ficar na coluna do meio, com vinhos rosés.

Como há muita presença de pratos à base de bacalhau e aves mais fortes ou bem temperadas, o ideal é ficar com vinhos nem tão leves nem tão pesados, ou seja, pode-se escolher vinhos brancos mais untuosos, elaborados com cepas de perfil mais encorpado ou incluindo passagem por madeira e, ainda, vinhos tintos mais leves, com boa acidez e baixa carga tânica. Nesses casos, as cepas mais indicadas para brancos são Chardonnay, Viognier, Sémillon e, para tintos, Pinot Noir, Cinsault, Gamay, bem como os vinhos italianos do Norte e espanhóis de regiões mais altas, entre outros.

Há casos de vinhos tintos de corpo médio que portam boa acidez ou que já envelheceram e perderam a agressividade tânica. Eles podem agradar também e serem preferidos para acompanhar pratos mais gordos, como as carnes de porco, muito presentes no natal brasileiro. Seguem dicas de brancos e tintos presentes no mercado brasileiro com boa relação preço/qualidade. Os preços variam entre R$ 60 e R$ 150.

Vinhos brancos

➪ Aventura Garage Wine Alvarinho 2021 – Serra Gaúcha, Brasil
➪ Susana Balbo Tradición Chardonnay 2021 – Mendoza, Argentina
➪ De Lucca Marsanne Reserva 2020 – Canelones, Uruguai
➪ Las Mercedes Singular Sémillon 2020 – V. Maule, Chile
➪ Ventisquero Grey Single Bock Chardonnay 2020– V. Casablanca, Chile
➪ Viu Manent Chardonnay Gran Reserva 2020 – V. Colchagua, Chile
➪ Errazuriz Estate Series Reserva Chardonnay 2020 – V. Casablanca, Chile
➪ Brunel De La Gardine Côtes-Du-Rhône Branco 2020 – França
➪ Aussières Renaissance Chardonnay 2019 – Languedoc, França
➪ Terroir Des Ducs Sauvignon Dom. Molhière 2018 – Côtes Duras, França
➪ La Fiole Côtes-Du-Rhône Blanc Aoc 2020 – V. Rhône, França
➪ Reguengos Reserva Branco 2018 – Alentejo, Portugal
➪ Adega Coop. Ponte da Barca Alvarinho Reserva 2021 – Minho, Portugal
➪ Anima Colectie Particulara Chardonnay Doc 2019 – Dealu Mare, Romênia

Vinhos tintos

➪ Casa Perini Fração Única Pinot Noir 2021 – Serra Gaúcha, Brasil
➪ Rastros do Pampa Guatambu Pinot Noir 2022 – Campanha Gaúcha, Brasil
➪ Rar – Collezione Pinot Noir 2020 – Campos de Cima da Serra, Brasil
➪ Queulat Single Vineyard Gran Reserva Cinsault 2020 – V. Itata, Chile
➪ Queulat Ventisquero Reserva Pinot Noir 2021 – V. Casablanca – Chile
➪ Falernia Pinot Noir Gran Reserva 2017 – V. Elquí, Chile
➪ Lupé-Cholet Coteaux Bourguignons 2019 – Borgonha, França
➪ Côtes du Rhône Domaine de Mourchon – Rhône, França
➪ Marcel Malbec Château du Cèdre 2018 – Cahors, França
➪ Château Ponchemin Cuvée Emma et Alexia 2015 – Bordeaux, França
➪ Castello Montauto Chianti Docg 2016 – Toscana, Itália
➪ Bojador Tinto 2020 – Alentejo, Portugal
➪ Flores De Callejo 2018 – Ribera Del Duero, Espanha
➪ Yarden Mount Hermon Red Wine 2018 – Golan Heights, Israel

Visite a página de Míriam Aguiar no Instagram e saiba mais sobre CURSOS DE VINHOS (nacionais e internacionais) e Aulas Temáticas: @miriamaguiar.vinhos

Intenção de compras de Natal é a maior desde 2014

Levantamento sobre intenção de compras realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV) apontou neste ano uma recuperação do ímpeto de compras natalinas na comparação com os últimos sete anos, mas o nível ainda pode ser considerado baixo em relação à média histórica do período de 2010 a 2015.

O indicador, calculado pela diferença entre as respostas favoráveis (gastar mais) e desfavoráveis (menos), subiu de 57,4 pontos, em 2021, para 66,7 pontos, em 2022, o maior desde 2014 (69 pontos). Com aumento da parcela dos que afirmam que irão gastar mais do que no ano anterior de 8,5% para 10,1% e redução dos que dizem que gastarão menos de 51,1% para 43,5%.

Comparando o Indicador de Intenção de Compras de Natal e as vendas do varejo nos segmentos com maior relação com a data festiva[1], nota-se que uma maior expectativa da intenção de gastos, o que deve atenuar a queda no volume de vendas do comércio em 2022 ante 2021, se considerarmos na projeção a mesma taxa de crescimento do volume de vendas de novembro e dezembro de 2021 em cima dos dados de outubro.

O resultado é favorável em todas as faixas de renda, embora a intenção de consumo melhore mais para as famílias de maior poder aquisitivo. As famílias com renda mensal até R$ 2.100 são os mais pessimistas: 56,2% pretendem gastar menos e apenas 5,7% acreditam que irão gastar mais. O indicador de gastos passou de 44,0 para 49,5 pontos, o menor crescimento entre as faixas de renda (5,5 pontos). A cautela pode estar relacionada ao nível de endividamento ainda elevado desses consumidores em relação aos demais, a inflação e também elevadas taxas de juros que tornam o custo dos presentes mais caro. Já para os consumidores com maior poder aquisitivo, com renda familiar acima de R$ 9.600, 14,8% estimam gastar mais (ante 15,8% em 2021) e 51,9% o mesmo montante do ano anterior (43,4% em 2021).

O item preferido da lista de Natal continua sendo roupas, com um aumento expressivo de 44,2% para 55,4% nas intenções de compras embora os preços dos produtos do vestuário tenham subido acima de 10% nos últimos 12 meses. Essa variação das roupas foi superior a inflação média de 4,5% mas há uma variedade maior de itens com níveis de preços diversos, o que permite adequar a demanda de cada consumidor. Ao contrário, a intenção de compras de brinquedos caiu pela metade de 18,4% para 9,3%, assim como as roupas, os preços subiram acima da média da inflação (5,5%), mas o nível de preços tende a ter um tíquete médio maior, por isso talvez tenha se reduzido na preferência dos consumidores.

Já projeção da Associação Paulista de Supermercados (Apas) mostra que o setor de supermercados deve registrar um aumento de 2% nas vendas de Natal, comparado ao mesmo período em 2021. No ano passado, as vendas natalinas foram afetadas pela variante Ômicron, com uma queda no desempenho do setor de -9,5%. O crescimento neste fim de ano será impulsionado pela flexibilização das medidas de distanciamento social, aumento do valor do Auxílio Brasil e do consumo de itens da cesta de Natal.

O setor supermercadista se sente confiante em relação às vendas de final de ano, com o fim das restrições impostas ao comércio em razão da pandemia. Nos últimos 12 meses, as empresas do segmento experimentaram uma melhora gradual, com o crescimento real de 0,31% no faturamento em outubro, em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do resultado positivo, o faturamento acumula retração de -3,81% no acumulado deste ano.

A cesta de Natal vem mostrando alta superior ao índice oficial de inflação (IPCA), com um aumento entre 8% e 9%. Os panificados, como o panetone, chocolates e bebidas não alcoólicas são os itens da cesta que registraram o maior aumento de preços. Por outro lado, as carnes para a ceia tiveram uma queda considerável. O preço do peru nos supermercados paulistas teve uma redução de 4,1% e o da carne suína, de 2,6%, nos 12 meses encerrados em novembro.

Compras com Pix avançam 141% em dezembro

O volume de transações no varejo utilizando o Pix em dezembro teve alta de 141%, enquanto o faturamento saltou 70%, considerando o período entre 1º e 18 de dezembro de 2022, na comparação com o mesmo intervalo do ano anterior. Os dados são de pesquisa do Itaú Unibanco.

Observando as transações realizadas por clientes pessoa física (CPF) para pessoa jurídica (CNPJ) com a tecnologia de pagamento, alguns setores tiveram destaque na ampliação do consumo no período analisado – que teve tíquete médio de R$ 321.

"Entre eles estão exposições e festas, com crescimento de 563% – estimulado pelas confraternizações de fim de ano – e livros e revistas, que avançou 544%, o que pode indicar uma retomada do consumo destes itens como presentes de Natal. Padarias e confeitarias também tiveram alta, de 227%. Uma hipótese para a alta da modalidade, além da maior inserção no comércio, são as condições diferenciadas que os lojistas oferecem para pagamento com Pix, especialmente em datas de muito consumo, que também colaboram para esse avanço", comenta Moisés Nascimento, diretor de Dados do Itaú Unibanco.

Outro setor que cada vez mais vem ganhando espaço no Pix – e que é naturalmente aquecido no período de fim de ano e férias – é o de aluguel de automóveis, que avançou 3.800% em relação ao mesmo período de 2021.

A análise mostra ainda que o setor de alimentação lidera o uso do Pix no varejo, correspondendo a 27% das transações realizadas pelos clientes Itaú no período analisado.

Examinando os gastos com cartões de crédito nas três primeiras semanas do mês, houve um incremento de 12% no valor transacionado e de 10% na quantidade de operações. As compras à vista foram a preferência dos consumidores e representaram 84% das transações no período, enquanto as parceladas, 16%. Nos gastos em que a escolha é por pagar tudo de uma vez, o tíquete médio foi de R$ 98, já em mais vezes, de R$ 544.

Na visão de compras presenciais e virtuais, os gastos no varejo físico tiveram ampliação de 12% na quantidade de vendas, enquanto o comércio eletrônico evoluiu 5%. Quando se observa o valor transacionado nessas modalidades, o avanço foi semelhante – de 13% no eletrônico e 12% no presencial.

Já segundo a Associação Brasileira do Varejo (ABV), datas como Natal devem aumentar as vendas do segundo semestre em 12%, na comparação com o primeiro semestre de 2022, e devem injetar mais de R$ 20 bilhões na economia. E uma das expectativas para o Natal que deve estar no radar dos lojistas é uma mudança nas preferências do consumidor em relação aos meios de pagamento no comércio eletrônico, com um crescimento do Pix.

"Até o ano passado, o público optou prioritariamente pelo cartão de crédito nas compras online, mas, ao longo deste ano, foi constatado um crescimento exponencial do Pix. Por isso, a expectativa é que esse meio de pagamento cresça em datas de alta demanda para o varejo", destaca Lorain Pazzetto, Head de Open Finance da FCamara. Segundo o levantamento, o Pix tem potencial para alcançar 92% dos pagamentos de compras virtuais até julho de 2023.

Avenida Paulista ganha 'cara' de réveillon

O palco para o réveillon 2023 da cidade de São Paulo começou a ser montado nesta quinta-feira na Avenida Paulista. A estrutura será instalada no final da Paulista, entre as ruas Haddock Lobo e Bela Cintra. Com 16 metros (m) de largura, 20m de profundidade e 8m de altura, a estrutura receberá a festa que tem como tema O Momento do Reencontro, trazendo shows de Fafá de Belém com ÁÍLA e Roberta Carvalho, Padre Fábio de Melo com Ziza Fernandes, o rapper Xamã, Tierry, Leonardo e a Escola de Samba Mancha Verde. As apresentações são gratuitas.

Este é o primeiro ano em que a festa ocorre presencialmente, depois de dois anos de interrupção por causa da pandemia de covid-19. A expectativa é que 2 milhões de pessoas se reúnam na Avenida Paulista para celebrar a chegada do ano novo. O evento deve movimentar mais de R$ 450 milhões na cidade.

Copacabana

A Polícia Militar do Rio de Janeiro informou que instalará grades de proteção nas ruas que dão acesso à orla de Copacabana, onde haverá a tradicional festa da virada de ano carioca. Ao longo dessas grades, haverá 16 locais de revista onde policiais militares usarão detectores de metal. O objetivo é coibir o acesso de pessoas com armas de fogo e objetos perfurocortantes em geral.

Planejamento previdenciário: erros, como fazer e revisão da vida toda

Por Jorge Priori

Conversamos sobre planejamento previdenciário com Hilzanira Cantanheide, advogada especialista em direito previdenciário.

Quais são os principais erros que as pessoas cometem com relação à previdência pública?

Eu destaco três erros. O primeiro é começar a contribuir com valores altos quando falta pouco tempo para a aposentadoria. Por exemplo, a pessoa contribuiu com um valor baixo e quando faltam três anos para se aposentar, quer contribuir pelo teto, já que ela pensa que o INSS vai fazer o cálculo pelos últimos três anos. Isso é um grande erro, pois não aumenta em praticamente nada o valor da renda mensal inicial. Essa orientação, que é muito passada para os contribuintes, faz com que as pessoas percam dinheiro e fiquem com um benefício muito baixo.

Para que as pessoas possam descobrir o valor correto a ser recolhido, elas precisam fazer um estudo previdenciário ou um planejamento previdenciário com um profissional da área previdenciária. Esse é um ramo do Direito muito complexo. Inclusive, as pessoas não podem se esquecer de que não há interesse da previdência em orientar o contribuinte para que ele faça um bom requerimento.

Outro erro é que as pessoas contam com um tempo de contribuição quando vão fazer o requerimento, mas se esquecem que tiveram uma atividade especial. Antes da Emenda Constitucional 103/2019, essas atividades contavam 1.4 a mais para os homens e 1.2 para as mulheres, ou seja, 40% para os homens e 20% para as mulheres.

O problema é que muitas pessoas não levam o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) quando vão fazer o requerimento. Além disso, muitas delas não sabem que até 1998 não era preciso comprovar a atividade especial. A pessoa só precisava comprovar que estava numa classe de contribuinte que tinha uma atividade especial.

Por exemplo, pessoas que tiveram um tempo rural podem aumentar o seu tempo de contribuição e, consequentemente, a sua renda mensal, mas elas não procuram saber o que podem e o que não podem levar para o INSS. Detalhe: caso o benefício não seja exercido dentro do prazo de 10 anos, não temos mais como incluí-lo na revisão.

O terceiro erro é não se atentar aos indicadores do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais). Cada um desses indicadores indica uma falha, que se não for corrigida antes do requerimento, pode gerar um prejuízo muito grande ao contribuinte. Por exemplo, se desde julho de 1994 um contribuinte individual contribuiu com um valor abaixo do salário mínimo, essa contribuição não vai contar nem tempo e nem carência. O problema é que esse contribuinte não sabe disso, pois não há ninguém que o oriente. Ele pensa que trabalhou por muitos anos, mas para o INSS não foi assim.

Outro exemplo é a pessoa que teve um vínculo de emprego que não foi fechado. A empresa rescindiu o seu contrato de trabalho, deu baixa na sua carteira, mas não fez a comunicação ao INSS. No sistema, fica constando a data de entrada e o último recolhimento, mas sem a data de saída. Nesse caso, o problema é quando a pessoa desempregada passa a contribuir como facultativo. O INSS não vai reconhecer esses recolhimentos, pois uma pessoa não pode contribuir como facultativo quando ainda possui um vínculo empregatício. Esse é outro indicador do CNIS que traz muitos problemas para os contribuintes.

Como fazer um bom planejamento previdenciário?

O bom planejamento previdenciário tem que ser feito com um bom profissional. A pessoa tem que ter todas as carteiras profissionais para que todos os vínculos sejam conferidos. No caso de atividade especial, ela tem que ter os PPPs. Se for um empresário, ele tem que ter as cópias das GFIPs (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social).

Nós temos muitos problemas com GFIPs recolhidas com atraso, o que chamamos de recolhimento extemporâneo, sendo que o

Hilzanira Cantanheide

INSS não reconhece vínculos extemporâneos. Nesse caso, nós temos que pegar as GFIPs e contratos para mostrar ao INSS que naquele período aquela pessoa realmente prestou aquele serviço. Se não for assim, o INSS não vai reconhecer, o que acaba gerando outro prejuízo muito grande.

Como a prescrição no INSS ocorre a cada 5 anos, eu aconselho que as pessoas façam essa revisão antes que se complete a prescrição. Por exemplo, profissionais como advogados, médicos e dentistas prestam serviços para mais de um tomador, que retêm e recolhem as contribuições. Isso faz com que muitos desses profissionais contribuam muito além do teto. Se esse profissional demorar 5 anos para pedir a restituição, ele vai perder o dinheiro recolhido a mais. É por isso que o planejamento previdenciário tem que ser revisto antes de completar 5 anos.

Na sua opinião, por que, quando o Governo Federal faz programas de parcelamento de dívidas previdenciárias, ele inclui apenas as pessoas jurídicas, e deixa de fora as pessoas físicas?

O governo não tem interesse em incluir as pessoas físicas porque se elas não pagarem e não tiverem tempo de contribuição, elas não vão se aposentar. Particularmente, eu entendo dessa forma.

Passados 5 anos, o governo não cobra mais das pessoas físicas. Dentro desse prazo, a pessoa paga se quiser. Esses pagamentos contam como tempo de contribuição, mas não como carência e nem mais como direito adquirido. Eu vejo muitas pessoas querendo se aposentar por idade, pagando as contribuições atrasadas, mas tendo o pedido de benefício negado pelo INSS, já que contribuição atrasada não conta carência, a não ser que a pessoa esteja na qualidade de segurado.

Qual a sua avaliação sobre a revisão da vida toda?

Essa foi a maior vitória dos previdenciaristas. Os contribuintes que estavam no sistema antes de 1994 sofreram uma perda muito grande. Vamos pensar no caso de uma pessoa que trabalhou por muitos anos numa empresa que faliu antes desse ano e que ficou desempregada. Quando essa pessoa foi buscar a sua aposentadoria, o INSS lhe disse que só consideraria de julho de 1994 em diante. Como a pessoa não tinha renda depois desse período, por mais que tivesse tempo e carência, ela se aposentou com salário mínimo.

Isso foi muito triste. A advocacia previdenciária lutou muito para que isso acontecesse, muito embora o INSS tenha lutado muito para que isso não acontecesse. Hoje nós estamos vendo pessoas que ganhavam um salário mínimo passando a ganhar três, quatro vezes mais.

Ocorre que essa revisão gerou um comércio muito grande, e as pessoas precisam tomar cuidado com dois requisitos: primeiro, o benefício tem que estar dentro do prazo prescricional de 10 anos; segundo, os salários anteriores a 1994 precisam ser altos. Se elas tiverem sido baixos, não vai haver revisão.

Brasileiros esquecem R$ 2,2 bi em grupos de consórcio, segundo BC

Os brasileiros tinham R$ 2,16 bilhões em grupos de consórcio no fim de 2021. O número consta do Panorama do Sistema de Consórcios, divulgado nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC), com dados do ano passado.

Esses recursos esquecidos correspondem a juros, multas, rendimentos ou rateio do fundo de reserva não retirados após a contemplação em um sorteio ou no encerramento de um grupo. A Lei dos Consórcios, publicada em 2008, autoriza as administradoras a cobrar uma taxa sobre o dinheiro não sacado. Em 2021, essa taxa arrecadou R$ 943 milhões, 14,6% a mais que em 2020.

As cotas ativas em consórcios somaram 8,48 milhões no fim do ano passado, aumento de 6,9% em relação a 2020. Elas estavam distribuídas da seguinte forma: 4,02 milhões de automóveis, 2,38 milhões de motocicletas, 1,28 milhão de imóveis e 867 mil para os demais tipos de bens e de serviços.

Em dezembro de 2021, a carteira total dos grupos de consórcios totalizava R$ 75,8 bilhões, com alta de 22,8% em relação ao ano anterior. De acordo com o BC, a pandemia de Covid-19 produziu impactos sobre o mercado de consórcios no início, principalmente no primeiro semestre de 2020.

A partir do semestre seguinte, informou o BC, o mercado recuperou-se e continuou a tendência de expansão de anos anteriores. Para o órgão, os consórcios funcionam como importante instrumento de inclusão financeira e de aquisição de bens duráveis, principalmente no subsegmento de motocicletas.

No ano passado, a inadimplência caiu levemente e ficou em 2,5%, contra 2,54% em 2020. O valor médio dos créditos totalizou R$ 55,3 mil, alta de 28% na mesma comparação. O prazo médio dos consórcios subiu de 119 para 131 meses.

ÁGUAS DO PARAÍBA S/A

CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 30 de dezembro de 2022, às 10 horas, na sede da sociedade à Avenida Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque do Rosário, Campos dos Goytacazes, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) Deliberação sobre aumento do capital social; (b) Deliberação sobre a destinação de dividendos adicionais; e (c) Assuntos gerais da Companhia. Campos dos Goytacazes, 20 de dezembro de 2022. Marcio Salles Gomes - Diretor; Juscelio Azevedo de Souza - Diretor.

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA

CNPJ Nº 33.035.536/0001-00

FATO RELEVANTE

Reversão da Suspensão da Negociação dos Valores Mobiliários de Companhia Aberta

João Fortes Engenharia S.A. - em Recuperação Judicial (“**Companhia**”), nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 22 de dezembro de 2022, informa a seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, nesta data, o Ofício 1471/2022-SLS, emitido pela Superintendência de Listagem e Supervisão de Emissores da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), informando que, por solicitação da Companhia, (i) concedeu prazo adicional para implementação das medidas necessárias para enquadrar a cotação das ações de emissão da Companhia acima de R$1,00 por unidade, e (ii) serão reabertos os negócios com as ações da Companhia no prazo de 20 minutos após a publicação deste Fato Relevante. Tal decisão se baseou no compromisso da Companhia, manifestado por escrito em resposta ao Ofício 1461/2022-SLS, recebido em 22 de dezembro de 2022, de convocar assembleia geral extraordinária, a ser realizada até 23 de janeiro de 2023, para aprovar o grupamento de ações de emissão da Companhia, pondo fim ao desenquadramento dos itens 5.2(d) e (f) do Regulamento de Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários dentro do prazo de 30 dias contados do recebimento do Ofício 1461/2022-SLS, conforme o item 5.2.7.2 do referido Regulamento. A Companhia reafirma que já está tomando todas as medidas necessárias para a realização de tal assembleia geral extraordinária e o enquadramento da cotação de suas ações acima de R$1,00 por unidade, em cumprimento ao Manual do Emissor da B3. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o desenvolvimento do assunto objeto deste Fato Relevante.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2022.

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Roberto Alexandre de Alencar Araripe Quilelli Correa

Diretor de Relações com Investidores

Banco Mundial e BB criam balcão único para crédito de carbono

O Banco Mundial (Bird) e o Banco do Brasil (BB) criarão um balcão único para financiamentos vinculados a ações de sustentabilidade e ao mercado de crédito de carbono. O projeto foi aprovado nesta sexta-feira, em Washington (EUA), pelo Conselho de Administração do Bird.

Pela primeira vez, as duas instituições financeiras emprestarão recursos vinculados a projetos de sustentabilidade que ajudem o Brasil a atingir as metas climáticas, com benefícios robustos para quem reduzir emissões de carbono. Segundo o BB, a expectativa é compensar em até 90 milhões de toneladas as emissões de gás carbônico até 2030, o equivalente a cerca de 4,5% do que o Brasil precisa para cumprir os compromissos de zerar as emissões naquele ano.

Orçado em US$ 500 milhões, o Projeto de Financiamento Climático do Brasil está distribuído da seguinte forma. O Banco Mundial emprestará US$ 400 milhões para o Banco do Brasil conceder empréstimos vinculados à sustentabilidade para empresas que querem reduzir as emissões de carbono. O projeto também inclui um Fundo de Dívida Climática piloto de US$ 98 milhões, que deve alavancar o capital privado para expandir o financiamento vinculado à sustentabilidade na economia em geral.

Esses instrumentos de financiamento são complementados por US$ 2 milhões em recursos para aumentar a capacidade de o Banco do Brasil fornecer assistência técnica para que empresas adotem planos de mitigação confiáveis e tenham acesso a mercados de crédito de carbono de alta qualidade.

As três ações pretendem mobilizar até US$ 1,4 bilhão em capital privado, tanto por meio da ampliação dos financiamentos verdes do Banco do Brasil e como pela conciliação de atividades públicas e de recursos de investidores privados. O BB foi escolhido porque concentra 60% do crédito rural no país, o que permite ampliar a concessão de linhas de crédito sustentáveis ao agronegócio.

Metas de resultados

O projeto tornará possível que o BB ofereça aos clientes pacotes que integram financiamento com apoio ao acesso aos mercados de crédito de carbono de alta qualidade por meio de um balcão único. As empresas tomadoras de empréstimos serão incentivadas a adotar e implementar planos confiáveis de redução de emissões de gases de efeito estufa, com metas de resultados.

A iniciativa também vincula essas empresas a mercados de carbono de alta qualidade. Segundo o BB, a iniciativa fornecerá às empresas brasileiras, principalmente aos pequenos e médios negócios, um serviço acessível de ponta a ponta, desde a medição da pegada de carbono até a geração de retornos de créditos de carbono de alta integridade.

Sinergia

O presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, afirmou que o projeto aumenta a sinergia com a estratégia da instituição financeira em liderar projetos de sustentabilidade e em fomentar negócios com governança ambiental, social e corporativa. Segundo ele, a experiência é inovadora e pode ser reproduzida em todo o planeta.

"Os setores público e privado têm um papel vital no apoio à transição para uma economia mais verde. Saudamos a parceria com o Banco Mundial não apenas porque é o maior financiador mundial de ações climáticas em países em desenvolvimento, mas também por causa de sua experiência em criar e fortalecer mercados de capitais locais e tornar os setores financeiros domésticos mais verdes", afirmou Ribeiro.

CVM anuncia para abril fundos mais modernos e competitivos

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou, nesta sexta-feira, a Resolução CVM 175, inicialmente composta por uma parte geral, aplicável a todos os fundos de investimento, e regras específicas para os fundos de investimento financeiro (FIF) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC). A Resolução começa a valer em 3 de abril de 2023.

O projeto resultou na revogação de 38 normas, que de agora em diante ficam sistematizadas. "Por meio da nova regulamentação para os fundos, a CVM busca reduzir custos de observância para seus participantes, sem desconsiderar a proteção dos investidores", informou a autarquia.

"A nova regra de fundos de investimento retrata a relevância de um ambiente regulatório sólido e funcional para esta indústria tão importante do mercado de capitais do Brasil. Seguimos uma metodologia em que adotamos normas gerais aplicáveis a todos os fundos de investimento, que são complementadas por regras em específico contidas em cada um dos anexos, que regulam as diferentes categorias de fundos de investimento existentes", explica João Pedro Nascimento, presidente da CVM.

Segundo ele, neste primeiro momento, a regra está sendo complementada pelos anexos do FIF e do FIDC, com a conveniência e flexibilidade de posterior complementação por outras categorias de fundos. Assim, "a Resolução CVM 175 poderá ser aprimorada, sempre que necessário, por meio dos anexos que se sucederão. Além disso, um arcabouço único e objetivo facilita o entendimento e contribui na redução do chamado custo de observância regulatória. Menos custos, mais oportunidades".